



BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31/12/2025					
ATIVO	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO CIRCULANTE	19.013.328,89	18.429.468,22	PASSIVO CIRCULANTE	1.240.817.656,24	1.142.831.104,88
Caixa	9.062,68	5.011,68	Fornecedores e Prestadores de Serviços	68.617,98	233.734,83
Depósitos Bancários a Vista	329.577,94	256.572,33	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 3l)	4.258.585,72	4.416.536,90
Títulos, Valores Mob. e Depósitos	22.043,89	3.152,65	Obrigações Relativas a Empregados	40.139,59	107.237,45
Adiantamentos a Funcionários	107.505,87	70.134,84	Obrigações por Empréstimos (Nota 3m)	1.228.788.023,36	1.130.586.102,75
Prestações a Receber (Nota 3c)	51.993.745,85	48.669.016,38	Prêmios de Seguros a Pagar (Nota 3n)	2.580,89	2.509,21
(Provisão p/Créditos Liquidação Duvidosa) (N3o)	(33.488.957,99)	(30.838.623,32)	FCVS a Recolher (Nota 3o)	5.177.556,19	5.177.556,19
Despesas Antecipadas	4.993,24	4.493,16	Outros Valores de Circulante (Nota 3p)	2.482.152,51	2.307.427,55
Outros Valores de Circulante (Nota 3d)	35.357,41	259.710,50			
ATIVO NÃO CIRCULANTE	189.138.890,12	181.159.916,50	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	248.958,89	3.108.771,00
VALORES A RECEBER E OUTROS CRÉDITOS			Contribuições a Recolher - INSS - TADF (Nota 3q)	69.895,07	2.940.983,57
Devedores por Vendas Compromissadas (Nota 3e)	6.651.299,96	7.463.265,81	Outros Valores (Nota 3r)	179.063,82	167.787,43
Bens Imóveis Disp. p/Comercialização	440.614,19	440.614,19			
Terrenos	1.064.472,28	1.064.472,28			
FCVS a Receber (Nota 3f)	180.409.780,30	171.473.568,08			
Outros Valores	369.452,95	537.177,43			
Total	188.935.619,68	180.979.097,79	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(1.032.914.396,12)	(946.350.491,16)
Investimentos (Nota 3g)	33.519,83	33.519,83	Capital Social (Nota 4)	1.806.000,00	1.806.000,00
Imobilizado (Nota 3h)	1.900.457,12	1.841.796,85	Reserva de Capital	726,08	726,08
(Depreciação)	(1.730.706,51)	(1.699.029,56)	Prejuízos Acumulados	(1.034.721.122,20)	(948.157.217,24)
Intangível (Nota 3i)	265.946,41	265.946,41			
(Amortização)	(265.946,41)	(261.414,82)			
TOTAL DO ATIVO	208.152.219,01	199.589.384,72	TOTAL DO PASSIVO	208.152.219,01	199.589.384,72

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

Em Reais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO		
	31/12/2025	31/12/2024
RECEITAS OPERACIONAIS	42.663.069,64	40.697.661,47
Receitas Financeiras	9.138.061,96	6.786.538,24
Receitas de Comercialização	14.504,17	1.843,04
Variações Monetárias Ativas	3.053.292,72	5.778.589,28
Outras Receitas Operacionais (Nota 3s)	30.457.210,79	28.130.690,91
DESPESAS OPERACIONAIS	99.018.526,00	81.444.438,25
Despesas Financeiras	13.018,57	20.101,95
Despesas Tributárias	54.282,22	79.228,51
Variações Monetárias Passivas	98.951.225,21	81.345.107,79
RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	(56.355.456,36)	(40.746.776,78)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	27.709.869,48	26.082.321,70
Despesas de Pessoal	20.550.952,71	19.416.416,36
Encargos Sociais	4.793.979,45	4.784.216,26
Serviços de Terceiros	1.674.665,52	1.726.305,28
Despesas com Materiais	138.188,85	88.454,21
Encargos Diversos	552.082,95	66.929,59
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO	(84.065.325,84)	(66.829.098,48)
Outras Receitas e Despesas (Nota 3t)	(2.498.579,12)	(5.606.085,93)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(86.563.904,96)	(72.435.184,41)
Lucro/Prejuízo por ação	(11,09)	(9,29)

Em Reais

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE CAPITAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
HISTÓRICO				
Em 01 de janeiro de 2024	1.806.000,00	726,08	(875.722.032,83)	(873.915.306,75)
Prejuízo do Exercício	-	-	(72.435.184,41)	(72.435.184,41)
Em 31 de dezembro de 2024	1.806.000,00	726,08	(948.157.217,24)	(946.350.491,16)
Prejuízo do Exercício	-	-	(86.563.904,96)	(86.563.904,96)
Em 31 de dezembro de 2025	1.806.000,00	726,08	(1.034.721.122,20)	(1.032.914.396,12)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (Valores em Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A COHAB-ST - Companhia de Habitação da Baixada Santista é uma sociedade de economia mista cujo capital social é composto majoritariamente pelos municípios de Santos (63,108%), São Vicente (15,767%), Guarujá (10,520%), Cubatão (10,520%) e outros acionistas minoritários (0,085%). A Companhia tem por finalidade planejar, promover e executar políticas públicas de habitação de interesse social.

Entre suas principais atribuições destacam-se: viabilizar condições técnicas e financeiras para a produção de habitações populares destinadas a famílias de baixa renda; promover a recuperação ou erradicação de assentamentos precários; desenvolver ações de apoio socioeconômico às famílias residentes em áreas de risco; realizar estudos e projetos voltados à recuperação de áreas degradadas; prestar assessoria técnica aos municípios acionistas e administrar fundos e programas vinculados à política habitacional com recursos municipais, estaduais ou federais.

NOTA 2 – BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com a Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores, observando as Normas Brasileiras de Contabilidade emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC aplicáveis à Companhia.

As demonstrações foram preparadas com base no regime de competência e aprovadas pela Diretoria em 27 de fevereiro de 2026.

A elaboração das demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas por parte da Administração que afetam os valores apresentados de ativos e passivos, bem como a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis e os valores de receitas e despesas do exercício. As principais estimativas envolvem a provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões para contingências judiciais e a estimativa da vida útil dos ativos imobilizados.

NOTA 3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a) Caixa e equivalentes de caixa - Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.
- b) Ativo Circulante e Ativo Não Circulante - Demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias incorridas.
- c) Na rubrica contábil de Prestações a Receber encontra-se demonstrado o saldo a receber de mutuários de competência de exercícios anteriores, de R\$ 50.968.238,93, e o montante a receber dos mutuários de R\$ 1.008.492,48, correspondente às prestações vincendas de amortização e juros a receber no exercício de 2026. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa foi constituída e ajustada em conformidade com os artigos 9º a 14º da Lei nº 9.430/96, observando-se os critérios fiscais aplicáveis e os princípios contábeis da prudência, competência e fidedignidade da informação contábil. A provisão corresponde à totalidade dos encargos moratórios registrados até 31/12/2025 incidentes sobre contratos inadimplentes. A constituição da provisão está fundamentada na análise do risco de realização dos créditos, considerando:
- 1) Programa de Descontos e Parcelamentos Incentivados – PDPI 2025, instituído pela O.S. 008/2025-GP, de 04/08/2025, com vigência até 28/02/2026, que prevê descontos entre 80% e 100% sobre os encargos de mora. Em razão da elevada probabilidade de concessão desses descontos, entende-se que os valores registrados a título de mora apresentam significativa incerteza quanto à sua realização integral, justificando o provisionamento total desses encargos;
 - 2) Ações estruturadas de cobrança administrativa, com destaque para o envio, em dezembro de 2025, de 671 notificações extrajudiciais aos mutuários com débitos superiores a três prestações em atraso, iniciando processo sistemático de recuperação de crédito. Embora tais medidas ampliem a perspectiva de recuperação do principal, o histórico de inadimplência da carteira e a natureza social dos contratos recomendam postura conservadora quanto à recuperabilidade dos encargos moratórios acumulados. Tais medidas já tiveram impacto positivo nos índices de inadimplência registrados em 01/2026 (60,48%) quando comparados com 01/2025 (48,18%);
- Dessa forma, a Administração entende que o saldo líquido apresentado na rubrica Prestações a Receber reflete adequadamente a expectativa de realização financeira desses créditos na data-base de 31 de dezembro de 2025, não havendo superavaliação do ativo, em conformidade com os princípios da prudência e da fidedignidade da informação contábil
- d) Outros Valores de Circulante - Representado em maior montante por valores a receber da Seguradora (R\$ 26.859,26).
- e) Devedores por Vendas Compromissadas – Representado pelo saldo devedor vincendo dos financiamentos concedidos a mutuários finais, com recursos do FGTS, obtidos através de empréstimos do BNH/CAIXA, corrigidos monetariamente pelos índices contratualmente previstos, segregando-se para o Ativo Circulante o montante de R\$ 1.008.492,48, referente prestações de amortização e juros vincendas no exercício de 2026.
- f) FCVS a Receber a Longo Prazo – Representado por créditos a realizar perante àquele Fundo, no prazo de até 360 meses, contados a partir de 01/01/1997, atualizados monetariamente e remunerados até 31/12/2025, tendo como origem os saldos apurados como de responsabilidade do Fundo, em função das liquidações antecipadas, término dos prazos e transferências de contratos dos mutuários com cobertura de citado Fundo, - vide Nota 8 – onde o maior montante se refere a anistia de 100% dos valores dos saldos devedores vincendos de 4.343 contratos, anistia essa amparada pela Lei 10.150/2000, art. 1º, parágrafo 2º, inciso I, cujos valores estão em processo de habilitação, homologação e validação junto a Administradora do FCVS. Esta conta consta com 5.226 contratos validados nos seus valores habilitados e 1.712 contratos em processo de análise, totalizando 6.938 contratos habilitados.
- g) Investimentos - São reconhecidos pelo método do custo de aquisição

- h) Imobilizado - Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação é reconhecida no resultado, baseada no método linear que considera a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.
- i) Intangível: Registrado pelo custo de aquisição e amortizados com base em taxas contratuais.
- j) Passivo Circulante e Passivo Não Circulante - Demonstrados pelos valores de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias incorridas;
- k) Provisões - A Administração, com base nas informações de sua Assessoria Jurídica, na análise das demandas judiciais pendentes e com base em experiências anteriores, referentes jurisprudências nos respectivos tribunais, frente às qualidades reivindicadas, mantém provisão em montante considerado suficiente para cobrir prováveis perdas estimadas com as ações em curso, em observância ao disposto na NBC TG 25 (R2), como segue:

- Processos de natureza tributária:

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figurava como parte em 254 (duzentos e cinquenta e quatro) processos judiciais e administrativos que versam sobre a matéria fiscal, avaliados pela Assessoria Jurídica, referentes a cobrança de IPTU. Com risco de perda possível, foi classificado o montante de R\$ 312.164,90. As ações classificadas como de perda provável totalizam R\$ 14.943,05;

- Processos de natureza trabalhista

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figurava como parte em 10(dez) processos trabalhistas. Para os processos classificados como de perda provável, foi contabilizada a provisão contábil de R\$ 105.657,41, levando-se em consideração a base de informações da Assessoria Jurídica, representando a melhor estimativa para as perdas de risco provável. As ações classificadas como de perda possível totalizam R\$ 5.000,00;

- Processos de natureza cíveis

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia figurava como partes em 41 (quarenta e um) processos judiciais que versam sobre matéria cível. Para os processos classificados como de perda provável pela Assessoria Jurídica, foi ajustada provisão contábil para R\$ 58.463,36 – vide nota 3r). Os processos classificados como de perda possível, totalizam R\$ 7.878.477,49.

- l) Impostos e Contribuições a Recolher – a) Representado, em montante maior (R\$ 3.512 milhões), por contribuição ao INSS sobre folha de pagamento de 12/2025 e 13º salário/2025 e retenções sobre serviços (R\$ 344 mil) e por quatro parcelamentos de INSS (R\$ 3.168 milhão). Total de dívida com INSS em 31/12/2025 – R\$ 3.582 milhões, segregando-se R\$ 3.512 milhões para o passivo circulante e R\$ 60 mil para o passivo não circulante, vide nota “q”; b) Impostos e contribuições a recolher (IRPF sobre folha de pagamento de 12/2025 e contribuições sindical, associativa, ISS e PIS/PASEP/COFINS – R\$ 377 mil); c) FGTS sobre folha de pagamento de 12/2025 (R\$ 135 mil).
- m) Obrigações por Empréstimos – Representado pelo saldo devedor do contrato de empréstimo 004009-90 do C.R. Humaitá (R\$ 120.950.523,37), cujo prazo chegou a termo em Agosto de 2009; pelo saldo devedor do contrato 0010954-27 do C.R. Tancredo Neves I (R\$ 30.017.016,30) cujo prazo chegou a termo em 11/2012; pelo contrato 0018800-55 do C.R. Afonso Sdhmidt (R\$ 1.228.067,31), cujo prazo chegou a termo em 10/2013; pelo contrato 0019016-32 do C.R. Valongo (R\$ 924.273,40) cujo prazo chegou a termo em 01/2014; pelo contrato 0019656-01 do C.R. Tancredo Neves II-A (R\$ 25.014.682,88) cujo prazo chegou a termo em 04/2016; pelo contrato 024354-57 do C.R. Jardim Rádio Clube (R\$ 759.003,10) cujo prazo chegou a termo em 03/2018; pelo contrato de renegociação 0242643-74 (R\$ 113.535.597,56), que entrou em fase de retorno pelo seu valor integral em 01/2011, abatidos de parcelas de dois contratos, pagas e ainda não amortizadas pela CAIXA no montante original de R\$ 2.102.083,60, todas corrigidas monetariamente e acrescidas de juros e multas por atraso no recolhimento (R\$ 938.460.943,04), com impacto direto no resultado do exercício de R\$ 98.201.920,61:

(em milhares de R\$)

Posição: 31/12/2025

Contrato	Principal (R\$ mil)	Encargos da Dívida - R\$ mil			Total - R\$ mil
		At. Monet.	Juros Rem.	Mora	
0004009-90 - Humaitá	120.951	17.941	113.295	247.695	499.882
0010954-27 - Tancredo Neves I	30.017	3.696	25.750	53.394	112.857
0018800-55 - Afonso Schmidt	1.228	151	190	413	1.982
0019016-32 - Valongo	924	112	478	887	2.401
0019656-01 - Tancredo Neves II-A	25.015	2.347	16.399	31.023	74.784
0024354-57 - Jardim Rádio Clube	759	71	283	1.441	2.554
0242643-74 - Contratos Renegociados	113.535	15.853	60.608	346.740	536.736
0010954-27 - Crédito Tancredo Neves I	(15)	(2)	-	-	(17)
0002083-67 - Crédito de Parcelamentos	(2.087)	(304)	-	-	(2.391)
Total	290.327	39.865	217.003	681.593	1.228.788
Total Resumido	290.327		938.461		1.228.788
RESUMO					
Saldo em 31/12/2021	290.327		592.593		882.920
Saldo em 31/12/2022	290.327		673.006		963.333
Saldo em 31/12/2023	290.327		759.348		1.049.675
Saldo em 31/12/2024	290.327		840.259		1.130.586
Saldo em 31/12/2025	290.327		938.461		1.228.788
Variação no Exercício de 2025	-		98.202		98.202

- n) Prêmios de Seguros a Pagar – Representado por prêmios mensais de seguro do SFH a repassar às Seguradoras (R\$ 2.580,89).
- o) FCVS a Recolher - Representado pelas Contribuições Trimestrais (R\$ 3.477.804,99), e mensais (R\$ 1.699.751,20), reguladas pelo DL 2.164/84, DL 2.406/88, MP 1.635/97-18 e Lei 10.150/2000, corrigidas monetariamente e acrescidas de juros e multas por atraso no recolhimento, sem acréscimos de encargos, devido aos efeitos das cominações legais introduzidos pelo art. 4º da Lei 13.932, de 11 de dezembro de 2019.
- p) Outros Valores de Circulante - Representado em maior montante, pela provisão de férias e encargos incidentes (INSS e FGTS) no montante de R\$ 2.482.152,51.
- q) Contribuições a Recolher – Representado por parcelamentos de contribuições previdenciárias, com parcelas vincendas após exercício de 2026. Total de dívida com INSS em 31/12/2025 – R\$ 3.582 milhões, segregando-se R\$ 3.512 milhões para o passivo circulante e R\$ 60 mil para o passivo não circulante, vide nota “I”

CONTRIBUIÇÃO INSS - SALDOS			
INSS	2025	2024	Variação
EMPRESA	253.144,30	273.288,87	-20.144,57
EMPREGADO	88.761,09	88.019,44	741,65
TERCEIROS	2.233,88	1.289,34	944,54
PARCELAMENTOS – SALDOS			
A - PGFN - 006272943	97.670,55	159.762,51	-62.091,96
C - PGFN - 007276289	2.984.762,22	5.635.786,14	-2.651.023,92
D - RFB - 638017998	0,00	110.606,98	-110.606,98
D - RFB - 639616240	67.588,32	261.729,28	-194.140,96
D - RFB - 726172320	88.131,68	114.101,80	-25.970,12
Total Geral	3.582.292,04	6.644.584,36	-3.062.292,32

CONTRIBUIÇÃO INSS - COMPOSIÇÃO EM 31/12/2025					
Ref.	INSS	Curto Prazo - vide nota "I"	Longo Prazo	Total	Discriminação
	EMPRESA	253.144,30	-	253.144,30	INSS de 12/2025
	EMPREGADO	88.761,09	-	88.761,09	INSS de 12/2025
	TERCEIROS	2.233,88	-	2.233,88	INSS descontado sobre faturas de serviços prestados
PARCELAMENTOS					
A	PGFN - 006272943	78.136,44	19.534,11	97.670,55	Efetivado 04/2022 - 60 parcelas - restam 15 parcelas
B	PGFN - 007276289	2.984.762,22	0,00	2.984.762,22	Efetivado 12/2022 - 48 parcelas - restam 11 parcelas
C	RFB - 639616240	67.588,32	0,00	67.588,32	Efetivado 07/2021 - 60 parcelas - restam 06 parcelas
C	RFB - 726172320	37.770,72	50.360,96	88.131,68	Efetivado 05/2023 - 60 parcelas - restam 28 parcelas
	Total Geral	3.512.396,97	69.894,07	3.582.292,04	

A	PARCELAMENTO CONVENCIONAL – PGFN
B	TRANSAÇÃO EXCEPCIONAL - DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS - REDUÇÃO TOTAL ATÉ 65%
C	RFB LEI 10522/02 - PARCELAMENTO SIMPLIFICADO EMPRESA GERAL

Parcelamentos B – Oriundos do Parcelamento INSS TADF- Termo de Amortização de Dívida Fiscal (MP 1891-7/99), cancelado pela RFB/PGFN em 07/2022 – e parcelado em 12/2022, com redução de encargos, gerando crédito de **R\$ 17.815.387,20** registrado em 2022.

- r) Outros Valores de Não Circulante - Representado pela Provisão para Contingências decorrentes de processos cíveis, tributários e trabalhistas (R\$ 179.063,82). Em observância a NBC TG 25 (R2), esta provisão foi constituída pela totalidade dos valores de perda provável, informados pela Assessoria Jurídica.
- s) Outras Receitas Operacionais - Representada em seu maior montante, pelo reembolso de despesas (R\$ 30.457.210,79) com gerenciamento técnico do Fundo de Incentivo à Construção de Habitação Popular – FINCOHAP.
- t) Outras Receitas e Despesas – Representado pela despesa de R\$ 2.650.334,67 (Provisão para devedores duvidosos – vide nota “c”); pelo ajuste para menor de provisões para contingências de R\$ 151.755,55 .

NOTA 4 - CAPITAL SOCIAL

O Capital Social de R\$ 1.806.000,00, totalmente integralizado, está representado por 7.800.000 ações ordinárias nominativas.

NOTA 5 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

As variações relevantes em relação ao exercício de 2024, identificadas na Demonstração do Resultado do Exercício, devem-se a:

- Receitas Financeiras e Variações Monetárias Ativas – Diminuição das variações monetárias ativas e das Receitas Financeiras de R\$ 0,3 milhão, decorreu de aplicação de juros e mora sobre a inadimplência de prestações dos mutuários;
- Outras Receitas Operacionais – Aumento de R\$ 2,3 milhões decorrente de reembolso com gerenciamento técnico do Fundo de Incentivo à Construção de Habitação Popular – FINCOHAP.
- Variações Monetárias Passivas – Aumento de R\$ 17,6 milhões decorrentes atualização monetária e incidência de juros e multas sobre dívida de empréstimos;
- Despesas Administrativas – Aumento de R\$ 1,6 milhões das despesas relativas a custeio administrativo.
- Outras Receitas e Despesas – Diminuição de R\$ 3,1 milhões, decorrente em maior montante das provisões para devedores duvidosos.

NOTA 6 – PARTES RELACIONADAS

Em atendimento ao disposto na NBC TG 05 (R3), informamos que a Companhia não possui transações com partes relacionadas.

NOTA 7 – REMUNERAÇÃO A DIRETORES E CONSELHEIROS

Em observância à NBC TG 05 (R3) item 17, a remuneração paga aos dirigentes e conselheiros no exercício, totalizou R\$ 1.351.285,70.

NOTA 8 – OUTRAS INFORMAÇÕES

Com a edição da Lei nº 13.932, de 11 de dezembro de 2019, e da Resolução CCFCVS nº 447, de 11 de novembro de 2019, a Companhia passou a reunir condições legais para a novação de seus créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desses créditos totaliza R\$ 180.409.780,30, valor sujeito à validação e auditoria pelo agente administrador do FCVS, nos termos da legislação aplicável ao Sistema Financeiro da Habitação – SFH. Em decorrência desse processo de validação, poderão ocorrer ajustes nos valores habilitados, conforme análise das condições originais de contratação e das alterações contratuais ocorridas ao longo do tempo, conforme letra “f” da Nota 3.

EVENTOS SUBSEQUENTES

Em observância ao disposto na NBCTG 24 (R2), a administração da COHAB-ST – Companhia de Habitação da Baixada Santista, analisou os eventos subsequentes até o dia 28 de fevereiro de 2026, data de conclusão da elaboração das demonstrações contábeis, não havendo a ocorrência de qualquer fato, que possa requerer ajustes nos saldos apresentados nas demonstrações contábeis, relativas à data base de 31 de dezembro de 2025.

MAURÍCIO QUEIROZ PRADO
Diretor Presidente

MARCELO IGNÁCIO
Diretor Administrativo e Financeiro

JOSÉ CARLOS DE JESUS FREITAS
Gerente Financeiro
CRC 1SP191.564/0-9

Composição da Diretoria

Maurício Queiroz Prado – Diretor Presidente
Marcelo Ignácio – Diretor Administrativo e Financeiro
Guilherme da Rocha Tavares – Diretor Técnico

Conselho Fiscal

Gabriel Birkett Venâncio Gomes
Ricardo Ferreira de Souza Lyra
Sérgio Luis Freitas de Souza

Conselho de Administração

Agostinho Silvério de Souza Junior
Janayna dos Santos Paixão Melo
Maria Rosilene Ribeiro
Maurício Queiroz Prado
Maurílio Mariano
Rafael Monteiro Lopes
Walter dos Santos Júnior

PERFIL DA RESPONSABILIDADE ACIONÁRIA RELACIONADA AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Acionistas	Participação - %	Distribuição do Patrimônio Líquido
Prefeitura Municipal de Santos	63,108	(651.851.617,10)
Prefeitura Municipal de São Vicente	15,767	(162.859.612,84)
Prefeitura Municipal de Guarujá	10,520	(108.662.594,47)
Prefeitura Municipal de Cubatão	10,520	(108.662.594,47)
Outros Acionistas	0,085	(877.977,24)
Total	100,00	(1.032.914.396,12)